

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.757 - SP (2019/0124499-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : JOSE CARLOS FERRAZ FERREIRA
ADVOGADO : KARINA DA SILVA PEREIRA - SP182812
AGRAVADO : ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : PRISCILA REGINA DOS RAMOS E OUTRO(S) - SP207707

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por JOSE CARLOS FERRAZ FERREIRA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO - AÇÃO ORDINÁRIA - SERVIDOR PÚBLICO
ESTADUAL (PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II) - LICENÇA
PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DECORRENTE DE ACIDENTE DE
TRABALHO

No que concerne à suposta ilegalidade do ato administrativo que indeferiu licença para o tratamento de saúde, traz os seguintes argumentos:

Em que pese o laudo do d. Perito ter concluído contradiatoriamente aos dados, fatos e constatações que decorreu durante todo o trabalho, o magistrado deve realizar o julgamento da ação considerando os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais, além de interpretar o conjunto fático probatório como um todo, não ficando adstrito apenas a conclusão final do laudo. (fl. 177)

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Impossível o conhecimento do recurso pela alínea *a*. Isto

porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente